

**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH.**

**Demonstrações financeiras dos Exercícios Findos  
em 31 de Dezembro de 2017**

**Conteúdo**

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Balanços Patrimoniais

Demonstrações dos Resultados

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras



# **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

**Aos Administradores e Diretores do  
Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos - IDDH  
Joinville - SC**

## **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos - IDDH, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos IDDH em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

## **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando,

quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras..

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 23 de Agosto de 2019.



**ADEMIR SCHATZMANN**  
Contador CRC (SC) nº 021.378/O-9



**SCHATZMANN**  
Auditores  
CRC (SC) nº 6.430/O-1

**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH**

**Balanço Patrimonial  
Em 31 de Dezembro de 2017**

(Em reais)

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e equivalente de caixa	21.477	Fornecedores	3.330
Adiantamentos a fornecedores	-	Obrigações trabalhistas e sociais	704
		Outros empréstimos	14.913
	<hr/>		<hr/>
Total do ativo circulante	21.477	Total do passivo circulante	18.947
NÃO CIRCULANTE		PATRIMÔNIO SOCIAL	
Imobilizado	746	Superávit acumulado	106.203
	<hr/>	Superávit (Déficit) do exercício	(114.521)
Total do ativo não circulante	746	Ajuste de exercícios anteriores	11.594
			<hr/>
		Total do patrimônio Social	3.276
TOTAL DO ATIVO	<u>22.223</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>22.223</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

N

**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH**

**Demonstração dos Resultados**  
**Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017**  
(Em reais)

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	60.197
Prestação de serviços	<u>23.000</u>
Receita de doações	4.625
Receitas de Projetos	33.262
( - ) Impostos sobre prestação de serviços	(690)
 DESPESAS OPERACIONAIS	 (174.718)
Administrativas	<u>(148.155)</u>
Vendas	(20.891)
Receitas (Despesas) Financeiras	(1.568)
Tributárias	<u>(4.104)</u>
 Superávit (Déficit) do exercício	 (114.521)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH**

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**  
**Exercício Findo em 31 de dezembro de 2017**  
(Em reais)

	Superávit Acumulado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	106.203
Ajustes de exercícios anteriores	11.594
Déficit do exercício	(114.521)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	3.276

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



# INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 (Em reais)

### FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES

Prejuízo do exercício	(114.521)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:	
Ajustes de exercícios anteriores	11.593
Depreciações	360
	<hr/>
	(102.568)
Redução (aumento) nos ativos:	
Outros créditos	5.588
Adiantamentos a fornecedores	-
	<hr/>
	5.588
Aumento (redução) nos passivos:	
Contas a pagar a fornecedores	(10.593)
Obrigações trabalhistas	(14.173)
Outras obrigações	(303)
	<hr/>
	(25.069)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIV. OPERACIONAIS	(122.049)

### FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIV. DE FINANCIAMENTO

Captação/Pagamentos de empréstimos e financiamentos	5.000
	<hr/>
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIV. DE FINANC.	5.000
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes	(117.049)
Disponibilidades no início do exercício	138.526
	<hr/>
Disponibilidades no final do exercício	21.477
	<hr/> <hr/>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



# INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 (Em reais)

### 1 Contexto operacional

O Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos – IDDH, é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, criada em Joinville, Santa Catarina, Brasil em Junho de 2004.

O IDDH tem como objetivo social promover a educação para a cidadania como meio de diminuir desigualdades e fortalecer a democracia no Brasil.

O IDDH tem assento no Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, é membro do NGO Working Group on Human Rights Education and Learning (Genebra/Suíça) e possui status consultivo na Organização das Nações Unidas (ONU).

### 2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

#### **Declaração de conformidade com relação às normas do CPC**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às entidades sem fins lucrativos.

#### **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

#### **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

#### **Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

### 3 Resumo das Principais Práticas Contábeis

#### Caixa e Equivalentes de Caixa

São valores em caixa e equivalentes de caixa, incluindo valores mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras representam títulos e valores mobiliários e estão registrados pelo montante aplicado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço, certificados pelas instituições financeiras responsáveis:

#### Imobilizado

Registrados ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado.

#### Passivo Circulante

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.

#### Contas de Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

#### Tributos

A entidade, por ser sem fins lucrativos, não está sujeita à incidência do imposto de renda e da contribuição social sobre os resultados apurados em cada exercício.

### 4 Caixas e Equivalentes de Caixa

	2017
Depósito bancário a vista	9.485
Aplicações de liquidez imediata	11.992
	<u>21.477</u>

### 5 Imobilizado

	Equipamentos de Processamento de dados
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.106
Depreciação do período - 20%	360
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>746</u>

## 6 Outras Obrigações

	2017
Fernanda Brandão Lapa	14.913
	<u>14.913</u>

## 7 Receitas

As receitas da Entidade são originadas da prestação de serviços remunerados, elaboração de projetos vinculados ao seu objeto social e doações espontâneas.

## 8 Despesas Administrativas

	2017
Salários e ordenados	84.721
Encargos sociais	38.249
Alugueis e condomínio	7.725
Serviços profissionais	5.170
Outras despesas	12.290
	<u>148.155</u>

## 9 Instrumentos Financeiros

A entidade mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são monitorados através de estratégias definidas pela sua Administração. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na Contabilidade e basicamente estão restritas ao caixa, equivalentes a caixa e fornecedores.

A entidade acredita que os demais instrumentos financeiros que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado com terceiros.

A entidade não opera com derivativos.